Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP
INOVAÇÃO E EXCELÊNCIA DESDE 1902
Av. da Liberdade, 532 \ 01502-001 \ São Paulo - SP \ CNPJ 60.736.683/0001-71

/fecap /fecap @_fecap
www.fecap.br

CONSELHO DE CURADORES

Prezados Senhores, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas da Fundação, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Dr. Shigeaki Ueki - Presidente / **Dr. Sílvio Álvares Penteado Neto** - Presidente Honorário / **Dr. Fabio Penteado de Ulhôa Rodrigues** - Vice-Presidente
Dr. Abram Abe Szajman / Dr. Antônio Delfim Netto / Dr. Jésus de Lisboa Gomes / Dr. Mauro de Salles Aguiar / Dra Regina Célia Esteves de Siqueira / Dr. Roberto Rodrigues / Dr. Kazuo Watanabe

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Expressos em milhares de reais)

ATIVOS	Nota Explicativa	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.654	7.599
Aplicações financeiras vinculadas	4	1.487	1.644
Anuidades a receber - líquidas	5	5.551	5.901
Outros créditos e valores		538	427
Despesas antecipadas		342	505
Total dos ativos circulantes		14.572	16.076
NÃO CIRCULANTES			
Anuidades a receber - líquidas	5	2.103	1.166
Depósitos judiciais	10	759	483
Precatório a receber	6	1.337	1.276
Intangível	7	52	69
Imobilizado	7	38.808	38.953
Total dos ativos não circulantes		43.059	41.947
TOTAL DOS ATIVOS		57.631	58.023

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTES			
Fornecedores		692	758
Impostos, encargos e contribuições a recolher	8	1.947	1.629
Contribuições sociais a recolher	9	549	1.370
Anuidades e contratos recebidos antecipadamente		1.951	2.012
Provisão para férias e encargos sociais		1.825	2.155
Outras contas a pagar		226	211
Total dos passivos circulantes		7.190	8.135
NÃO CIRCULANTES			
Contribuições Sociais a Recolher	9	0	2.000
Provisão para riscos e processos judiciais	10	1.986	1.568
Contratos Recebidos Antecipadamente		77	156
Total dos passivos não circulantes		2.063	3.724
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio social	11 a)	45.771	45.771
Reserva de reavaliação	7 e 11 b)	2.226	2.242
Superávit (Déficit) acumulado		381	(1.849)
Total do patrimônio líquido		48.378	46.164
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		57.631	58.023

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Patrimônio Social	Reserva de Reavaliação	Superávit (Déficit) Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015		45.771	2.257	(2.414)	45.614
Superávit do exercício		-	-	550	550
Realização da reserva de reavaliação	11b)	-	(15)	15	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		45.771	2.242	(1.849	46.164
Superávit do exercício		-	-	2.214	2.214
Realização da reserva de reavaliação	11b)	-	(16)	16	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		45.771	2.226	381	48.378

Demonstrações do Superávit (Déficit) para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2017	31/12/2016
RECEITA BRUTA DA ATIVIDADE DE ENSINO			
Anuidades:			
Colégio – FECAP		13.791	11.244
Centro Universitário FECAP - graduação		52.457	46.160
C. Universitário FECAP - pós-graduação e extensão		16.227	17.384
Centro Universitário FECAP - mestrado		3.402	2.899
Outras receitas de ensino		520	448
Total da receita bruta		86.397	78.135
DEDUÇÕES			
Bolsas de estudos e devoluções de mensalidades		(21.557)	(16.737)
Total das deduções		(21.557)	(16.737)
RECEITA LÍQUIDA DA ATIVIDADE DE ENSINO		64.840	61.398
CUSTOS DA ATIVIDADE DE ENSINO			
Colégio – FECAP		(9.116)	(8.161)
Centro Universitário FECAP - graduação		(24.236)	(24.526)
C. Universitário FECAP - pós-graduação e extensão		(8.979)	(9.101)
Centro Universitário FECAP - mestrado		(4.933)	(4.574)
Outros custos de ensino		(1.903)	(1.287)
Total dos custos	13	(49.167)	(47.649)
SUPERÁVIT BRUTO		15.673	13.749
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	13	(12.905)	(12.496)
Propaganda e publicidade		(1.486)	(1.382)
Depreciações e amortizações	7	(1.836)	(1.672)
Constituição de provisão para riscos e processos judiciais		(432)	(356)
Impostos e taxas municipais	8	(497)	-
Receita não recorrente (Parcelamento Lei 13.496/2017	9 (b)	1.536	-
Outras receitas líquidas	13	1.524	1.711
TOTAL DE (DESPESAS) Receitas Operacionais		(14.096)	14.195
SUPERÁVIT (DÉFICIT) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		1.577	(446)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	14	1.295	1.893
Despesas financeiras	14	(658)	(897)
Resultado financeiro		637	996
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		2.214	550

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Expressos em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Superávit do Exercício	2.214	550
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	2.214	550

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2017	31/12/2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit do exercício		2.214	550
Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com o Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	7	1.836	1.673
Provisão para anuid. de receb. duvidoso,liq. da parcela realizada	5	1.739	2.114
Custo residual do imobilizado baixado	7	33	10
Contribuições sociais (encargos financeiros)	9	1374	328
Constituição de provisão para riscos e processos judiciais		432	356
Atualização monetária de depósito Judicial		-	(2)
(Aumento) redução nos ativos:			
Anuidades a receber	5	(2.326)	(3.932)
Outros créditos e valores		(111)	(97)
Despesas antecipadas		163	(132)
Depósitos judiciais		(708)	(191)
Precatório a receber	6	(61)	(61)
Aumento (redução) nos passivos:			
Fornecedores		(66)	(135)
Impostos, encargos e contribuições a recolher	8	345	164
Pagamentos de contribuições sociais		(4.195)	(1.315)
Anuidades e contratos recebidos antecipadamente		(141)	508
Pagamento de férias e encargos sociais		(330)	125
Pagamento de riscos e processos judiciais		418	178
Outras contas a pagar		(11)	(77)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**605**	**64**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de bens do ativo imobilizado e de intangível	7	(1.707)	(1.338)
Aplicações financeiras vinculadas	4	157	(157)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(1.550)**	**(1.495)**
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(945)	(1.431)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Saldo no final do exercício	3	6.654	7.599
Saldo no início do exercício	3	7.599	9.030
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**(945)**	**(1.431)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2017	31/12/2016
RECEITAS			
Anuidades e outras receitas de ensino		64.840	61.398
Provisão para anuidades de recebimento duvidoso	5	649	45
Outras receitas		1.304	1.711
		66.793	**63.154**
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custos dos serviços prestados		(7.975)	(8.776)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(7.737)	(7.843)
Baixas de ativos		(33)	(10)
		(15.745)	**(16.629)**
VALOR ADICIONADO BRUTO		**51.048**	**46.525**
RETENÇÕES			
Depreciação e amortizações	7	(1.836)	(1.673)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		**49.212**	**44.852**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras		1.294	1.893
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		**50.506**	**46.745**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal e encargos		46.057	43.612
Impostos, taxas e contribuições		89	86
Encargos financeiros e aluguéis		2.146	2.497
Superávit do exercício		2.214	550
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		**50.506**	**46.745**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores em milhares de reais - R$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado FECAP ("Fundação") é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída em 1923. A Fundação é mantenedora do Colégio FECAP e do Centro Universitário FECAP e tem como objetivo proporcionar e divulgar no País o ensino comercial em todos os seus ramos e graus, cultivando as ciências econômicas, contábeis, administrativas e outras afins ou conexas. A Fundação tem prazo de duração indeterminado e sua extinção só poderá se verificar nos casos previstos em lei, por deliberação unânime de todos os membros do Conselho de Curadores, em reunião especial e regularmente convocada para esse fim. Em caso de extinção, seu patrimônio, ou o produto dele, será destinado à entidade congênere sem finalidade lucrativa, a qual deverá aplicá-lo, integralmente, na difusão do ensino do comércio e ciências afins, e a ele será ligado, indissoluvelmente, o nome do Conde Antônio de Álvares Leite Penteado. Na ausência de entidade congênere, o patrimônio será destinado ao Poder Público, exceto o imóvel do Largo de São Francisco, 19, que voltará, com todos os seus melhoramentos, benfeitorias e acréscimos, seja qual for a procedência, ao domínio dos doadores ou de quem, em qualquer tempo e em qualquer grau de relação jurídica, representar a sucessão do Conde Antônio de Álvares Leite Penteado. Para a administração de suas atividades, a Fundação possui a seguinte estrutura:**a)** O Presidente Honorário, representante da família do Conde Antônio de Álvares Leite Penteado. **b)** O Conselho de Curadores, composto pelo Presidente Honorário, como membro nato e vitalício, e por nove membros, sendo oito membros eleitos pelos próprios membros do Conselho para mandato de cinco anos, podendo ser reeleitos e um membro indicado pelo Conselho Universitário – CONSUNI, dentre os seus membros efetivos, com duração de mandato simultâneo àquele exercido pelo CONSUNI. **c)** O Conselho Fiscal, composto por três membros, sendo pelo menos um deles diplomado em Ciências Contábeis, Economia ou Administração de Empresas, eleitos e empossados pelo Conselho de Curadores, com mandato de dois anos, podendo ser reeleitos. **d)** A Superintendência Executiva, composta por dois integrantes: Superintendente-Geral e Superintendente Adjunto, eleitos e empossados pelo Conselho de Curadores, podendo ser reeleitos. Os membros da Superintendência Executiva poderão ser, a qualquer tempo, destituídos ou dispensados pelo Conselho de Curadores. **e)** As unidades de ensino FECAP - Colégio e Centro Universitário. **f)** Os órgãos de apoio, consultoria e assessoria. A administração superior da Fundação é da competência do Conselho de Curadores, a fiscalização das contas é atributo do Conselho Fiscal e a gestão e supervisão das unidades de ensino e dos órgãos de apoio, consultoria e assessoria são de responsabilidade da Superintendência Executiva. **g)** Imunidade Tributária - A Fundação é imune do pagamento de tributos, exceto quanto às seguintes incidências sobre folha de pagamento: Seguro de Acidente de Trabalho - SAT, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e Programa de Integração Social - PIS. A Fundação, a partir de 2005, aderiu ao Programa Universidade para Todos - PROUNI, instituído pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, regulamentada pelo Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005.

1.1 Eventos importantes (a) Ação Civil Pública - Em 20 de outubro de 2012, a Controladoria da FECAP entregou aos Membros da Comissão de Tomada de Contas da Instituição relatório informando possíveis irregularidades na Administração Superior da Entidade, envolvendo o Presidente do Conselho Curador, o Superintendente Geral e outros funcionários, o qual foi encaminhado a todos os Membros do Conselho Curador da Instituição e ao Dr. Curador de Fundações do Ministério Público do Estado de São Paulo. A partir de então, foi instaurado o Inquérito Civil nº 03/2012. A inicial da Ação Civil Pública foi encaminhada para o MM Juiz de Direito da 23ª Vara Cível do Foro Central da Capital, em 29 de agosto de 2014. **(b)** Autuação PMSP Em 17 de dezembro de 2015, a FECAP recebeu Autos de infração da PMSP (n.º 67170331, 67170765 e 67170510), com a exigência de ISSQN relativo ao ano de 2010. Os autos foram lavrados apenas para prevenir decadência enquanto a Municipalidade aprofunda a verificação do preenchimento dos requisitos da imunidade referente aos anos de 2010 a 2015, isso no bojo do Processo Administrativo da PMSP nº 2015.0.333.6520-9; Em 12 de Agosto de 2016, a FECAP recebeu Primeira Comunicação de Chamada no referido processo Administrativo Fiscal, cuja resposta foi apresentada à Municipalidade em 12 de agosto de 2016; Em 17 de outubro de 2016, a FECAP recebeu nova Comunicação de Chamada no mesmo processo Administrativo Fiscal nº 2015.0.333.6520-9, que foi respondida em 17 de outubro de 2016 e;Em 13 de dezembro de 2016, a FECAP foi autuada pela Municipalidade de São Paulo, com exigência de ISSQN relativo ao ano de 2011. Os autos foram lavrados apenas para prevenir decadência enquanto a Municipalidade aprofunda a verificação do preenchimento dos requisitos da imunidade atinentes aos anos de 2010 a 2015, isso no bojo do Processo Administrativo da PMSP nº 2015.0.333.6520-9. Em novembro de 2017, a Prefeitura reconheceu a manutenção dos requisitos para a imunidade, de modo que os Autos de Infração acima mencionados devem ser extintos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, especificamente a ITG 2002 (R1), relativa a entidades sem fins lucrativos. **2.2.** Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **1.3** Principais práticas contábeis

Uso de estimativas: A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer a elaboração de estimativas e a consideração de premissas por parte da Administração da Fundação que afetam os valores dos ativos e passivos apresentados nas datas das demonstrações financeiras, bem como os valores das receitas e das despesas dos exercícios apresentados. Embora essas estimativas tenham como base o melhor conhecimento disponível dos Administradores da Fundação com relação a eventos presentes e futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As contas que usualmente requerem o uso de estimativas são:(a) provisão para créditos de liquidação duvidosa;(b) vida útil estimada do imobilizado;(c) crédito de precatório - estimativa para redução ao valor de mercado; d) estimativa do valor de mercado do imobilizado para fins de teste de valor recuperável dos ativos - "*impairment*"; e (d) provisão para riscos e processos judiciais. A Fundação revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente. **a) Moeda funcional e de apresentação -** As demonstrações financeiras da Fundação são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação. **b) Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem os montantes de caixa, saldos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação, principalmente fundos de investimento. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, que equivalem aos seus valores justos no encerramento do exercício. **c) Anuidades a receber e demais créditos -** Registrados e mantidos nas demonstrações financeiras por seus valores nominais, ajustados, quando necessário, pelos seus valores de realização e classificados no circulante e não circulante com base na expectativa de realização inferior ou superior a 12 meses. **d) Provisão para anuidades de recebimento duvidoso -** Constituída em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das anuidades e dos demais créditos a receber, com base no histórico existente. **e) Precatório a Receber -** Decorrente de decisão judicial transitada em julgado, originário dos autos nº 0423149-69.1998.8.26.0053 antigo 1488/98 da 5ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. Com base nos estudos efetuados, foi constituída provisão de 50% no valor do crédito precatório junto a Prefeitura de São Paulo para redução ao seu valor de recuperação, nota explicativa nº6. **f) imobilizado -** Registrado ao custo de aquisição, acrescido de reavaliação efetuada em 1993. A Fundação efetuou nova reavaliação dos bens em 30 de junho de 2004. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 7, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens reavaliados. Devido às mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a reavaliação de ativos deixou de ser permitida, mas facultou a manutenção dos saldos restantes, a serem depreciados conforme as vidas úteis dos bens reavaliados. Conforme o CPC 27 - Ativo Imobilizado, a Fundação revisou a vida útil dos itens do ativo imobilizado e concluiu pela não necessidade de se alterar os valores de custo residual de seus ativos, da mesma forma que entende que as vidas úteis atribuídas aos seus ativos, com base em estudo desenvolvido internamente por profissionais experientes, estão adequadas, não havendo modificações em relação às utilizadas em exercícios anteriores. O procedimento de revisão de vidas úteis é efetuado anualmente. A Fundação, em atendimento ao CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, efetuou teste de recuperação para os bens do ativo imobilizado e itens do intangível. **g) Ativos e passivos financeiros -** Os valores recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis, incluindo anuidades a receber, caixa e equivalentes de caixa e outros, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Os passivos financeiros, incluindo parcelamentos de contribuições sociais a recolher, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos. As receitas e despesas de juros são reconhecidas por meio da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. **h) Anuidades recebidas antecipadamente -** Representam valores recebidos relativos a matrículas e mensalidades referentes ao exercício seguinte e que são reconhecidas no resultado do exercício de acordo com o regime de competência. **i) Provisão para riscos e processos judiciais -** Constituída com base na avaliação de risco de perda sobre as ações em processos e eventos subsequentes, embasadas em relatórios preparados pelos consultores jurídicos da Fundação e outras evidências consideradas pela Administração. **j) Apuração do resultado e reconhecimento de receitas -** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. As mensalidades dos cursos e seus respectivos descontos variam de acordo com o curso e com a unidade de ensino. No semestre, são faturadas seis mensalidades, estando incluída a matrícula; e a respectiva receita é reconhecida quando do efetivo serviço prestado. Os recebimentos antecipados de matrículas e mensalidades são registrados como adiantamento de clientes e reconhecidos quando da prestação do serviço. As deduções da receita bruta são compostas por abatimentos referentes ao PROUNI, bolsa convenção trabalhista, descontos concedidos incondicionalmente e mensalidades devolvidas e/ou canceladas. **k) Lei 12.973 de 13 de maio de 2014 -** A Medida Provisória n° 627, publicada em 11 de novembro de 2013, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) traz outras providências, dentre elas: (a) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (b) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (c) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (d) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; (e) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. No dia 13 de maio de 2014, foi promulgada a Lei 12.973, convertendo a Medida Provisória n° 627 em Lei, que passou a vigorar a partir do dia 01 de janeiro de 2015.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	3	6
Bancos	1.225	604
Aplicações financeiras:		
Santander - DI Instituições (b)	1.552	3.685
Safra Investimentos (b)	2.380	2.161
Banco Investimento BI&P (b)	-	241
Banco Investimento Modal (b)	-	240
Banco Investimento Daycoval (b)	266	240
Banco Pine Investimento (b)	-	237
Banco Paulista (b)	230	-
Banco BMG (b)	230	-
Banco ABC (b)	231	-
Santander - CDB DI (a)	537	185
Total	**6.654**	**7.599**

(a) Refere-se ao rendimento das aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário - CDB da carta de fiança locatícia com o Banco Santander (Brasil) S.A., com remuneração de 95 a 99% do CDI. A aplicação financeira apresenta liquidez com prazo inferior a 90 dias e insignificante risco de mudança de valor **(b)** São aplicações em fundos de investimento na forma de condomínio aberto, cujo objetivo é aplicar em cotas de fundos referenciados DI com remuneração de 100% a 111% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	31/12/2017	31/12/2016
Santander - CDB DI	1.487	1.644

O saldo está vinculado às cartas de fiança locatícia com o Banco Santander, referente ao contrato de locação da Unidade Pinheiros.

5. ANUIDADES A RECEBER – LÍQUIDAS

	31/12/2017	31/12/2016
Anuidades a receber	8.588	7.692
Cheques recebidos – mensalidades	345	88
Anuidades a receber relacionadas ao Programa de Financiamento Estudantil – FIES	616	956
Cartões de crédito a receber	493	489
	10.042	**9.225**
Provisão para anuidades de recebimento duvidoso	(2.388)	(2.158)
Total	**7.654**	**7.067**
Circulante	5.551	5.901
Não circulante	2.103	1.166

A seguir estão apresentados os vencimentos dos saldos de anuidades a receber em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	31/12/2017	31/12/2016
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	634	654
De 31 a 60 dias	493	556
De 61 a 90 dias	415	497
De 91 a 120 dias	394	619
Acima de 120 dias	1.483	1.557
A vencer em:		
2017	-	4.175
2018	4.429	519
2019	512	101
2020	674	516
2021	974	31
2022	34	-
	10.042	**9.225**

A movimentação da provisão para anuidades de recebimento duvidoso nos exercícios foi a seguinte:

	2017	2016
Saldos iniciais	**(2.158)**	**(2.260)**
Baixa da provisão para anuidades de recebimento duvidoso - período de 2015 em 2016 e período de 2016 em 2017 para incobráveis (*)	1.497	2.178
Baixa da provisão para cheques a receber no exercício para incobráveis	12	38
Provisão para anuidades a receber constituída no exercício	(1.739)	(2.114)
Saldos finais	**(2.388)**	**(2.158)**

(*) Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Administração da Fundação baixou contra a provisão para anuidades de recebimento duvidoso os títulos em aberto que foram considerados incobráveis, relacionados ao período de 2016 e 2015.

6. PRECATÓRIO A RECEBER

	31/12/2017	31/12/2016
Valor do crédito	2.674	2.552
Provisão para valor de realização 50%	(1.337)	(1.276)
Valor líquido de realização	1.337	1.276

Em 25 de setembro de 1998 a Fundação ingressou contra a Prefeitura Municipal da Cidade de São Paulo um processo de Repetição de Indébito sob nº 0423149-69.1998.8.26.0053 antigo 1488/98 da 5º VFP, referente à Restituição das Taxas de Limpeza e Conservação cobradas indevidamente. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo expediu a Certidão e Extinção de Precatórios, certificando que o Ofício Requisitório n° 188/2011 de 28/11/2011, originário do Setor de Execuções Contra a Fazenda Pública-SP, no valor de R$ 2.003, atualizado pelo índice da caderneta de poupança, em 31 de dezembro de 2017, em R$ 2.674, que está refletido nas demonstrações financeiras da Fundação e para o qual foi constituída provisão para redução ao valor de mercado, no montante de R$ 1.337.

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Tx anual de depreciação %	31/12/2017 Custo de Aquisição Reavaliado	Depreciação Acumulada	Líquido	31/12/2016 Líquido
Imobilizado:					
Terrenos	-	9.051	-	9.051	9.051
Edifícios	2	32.709	(8.877)	23.832	24.582
Equipamentos de segurança	5	344	(219)	125	138
Móveis e utensílios	6,66	2.600	(1.765)	835	678
Computadores	20	4.262	(2.921)	1.341	1137
Central de ar-condicionado	6,66	1.428	(990)	438	485
Elevadores	2	430	(122)	308	320
Equipamentos fotográficos	10	170	(140)	30	35
Equipamentos de rádio e TV	6,66	67	(65)	2	3
Equipamentos de audiovisual	6,66	1.527	(721)	806	640
Máquinas e equipamentos	5	600	(286)	314	207
Móveis escolares	20	1.486	(1084)	402	295
Biblioteca	10	1.864	(1.608)	256	287
Benfeitoria em propr. de terceiros	10	1.395	(947)	448	598
Outros		479	(183)	296	277
		58.412	**(19.928)**	**38.484**	**38.733**
Obras em andamento		-	-		-
Adiant.de Fornecedores do Imobilizado		324	-	323	220
Total		**58.736**	**(19.928)**	**38.808**	**38.953**

	Tx anual de amortização %	31/12/2017 Custo de aquisição Reavaliado	Amortização acumulada	Líquido	31/12/2016 Líquido
Intangível - Software e utilitários	20	1.098	(1.046)	52	69

Em 1º de julho de 2004, a Administração aprovou a reavaliação dos bens do imobilizado. O laudo de avaliação aprovado foi emitido por avaliadores independentes na data-base 30 de junho de 2004. Conforme permitido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil a Fundação optou em manter os valores reavaliados e não fez novas reavaliações. Em 2017, a Fundação revisou o valor dos seus ativos, bem como as vidas úteis utilizadas para depreciação e amortização dos bens tangíveis e intangíveis, e concluiu pela não necessidade de se efetuar modificações nos valores e pela não alteração das estimativas de vidas úteis para os exercícios de 2017 e de 2016, tendo em vista a conclusão da adequação das vidas úteis já utilizadas anteriormente. O saldo residual dos ajustes de reavaliação é o seguinte:

	Saldo residual 31/12/2017	31/12/2016
Terrenos	1.988	1.988
Edifícios	187	187
Móveis e utensílios	7	5
Instalações e equipamentos	45	62
Total da reserva de reavaliação remanescente	**2.225**	**2.242**

A movimentação do imobilizado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foi a seguinte:

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017
Terrenos	9.051	-	-	9.051	0	-	9.051
Edifícios	32.709	-	-	32.709	0	-	32.709
Equipamentos de segurança	302	35	-	337	8	-	345
Móveis e utensílios	2.171	241	(40)	2.372	259	(30)	2.601
Computadores	2.918	920	-	3.838	588	(163)	4.263
Central de ar-condicionado	1.428	-	(6)	1.422	7	-	1.429
Elevadores	430	-	-	430	0	-	430
Equipamentos fotográficos	149	27	-	176	0	(6)	170
Equipamentos de rádio e TV	67	-	-	67	0	-	67
Equipamentos de audiovisual	1.277	19	(2)	1.294	279	(47)	1.526
Máquinas e equipamentos	423	39	-	462	143	(6)	599
Móveis escolares	1224	39	(8)	1.255	235	(5)	1.485
Biblioteca	1.757	72	-	1.829	34	-	1.863
Benfeitoria em propriedades de terceiros	1.395	-	-	1.395	0	-	1.395
Outros	436	8	(6)	438	41	-	479
Obras em andamento	28	-	(28)	0	0	-	0
Adiant. Fornec. de Imobilizado	249	-	(28)	221	103	-	324
Total do custo	**56.014**	**1.400**	**(118)**	**57.296**	**1.697**	**(257)**	**58.736**
Depreciação acumulada	(16.743)	(1.646)	46	(18.343)	(1.810)	225	(19.928)
Total líquido	**39.271**	**(246)**	**(72)**	**38.953**	**(113)**	**(32)**	**38.808**

A movimentação do intangível para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi a seguinte:

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Saldo em 31/12/2016	Adições	Saldo em 31/12/2017
Software e utilitários	1.088	-	1.088	10	1.098
Amortização acumulada	(993)	(26)	(1019)	(27)	(1.046)
Total líquido	**95**	**17**	**69**	**(17)**	**52**

8. IMPOSTOS, ENCARGOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/2017	31/12/2016
INSS a recolher	823	779
Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - FGTS a recolher	270	259
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF a recolher	617	549
Outros (*)	237	42
Total	**1.947**	**1.629**

(*) Valor de Outorga Onerosa junto a PMSP.

9. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	31/12/2017	31/12/2016
Parcelamento de INSS (a)	-	1.078
Parcelamento de COFINS (b)	549	2.292
	549	3.370
Circulante	549	1.370
Não circulante	-	2.000

a) Parcelamento de INSS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Fundação decidiu parcelar em 60 meses o valor correspondente ao INSS – Salário Educação e Incra do período de julho de 2007 a maio de 2012 no montante total de R$ 3.745.000, objeto do processo INSS - Salário Educação 2005.61.00.028389-6 e processo INSS – INCRA 2005.61.00.004522-5

...continuação

Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP
INOVAÇÃO E EXCELÊNCIA DESDE 1902
Av. da Liberdade, 532 \ 01502-001 \ São Paulo - SP \ CNPJ 60.736.683/0001-71

/fecap /fecap @_fecap
www.fecap.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores em milhares de reais - R$)

10. PROVISÃO PARA RISCOS E DEPÓSITO JUDICIAL

	31/12/2015	Adições	Atualização	Pagamento	Reversão	31/12/2016	Adições	Atualização	Pagamento	Reversão	31/12/2017
Fiscais	390	-	9	-	(13)	386	303	34	0	0	723
Cíveis	226	-	7	-	(159)	75	0	0	(39)	(1)	37
Trabalhistas	421	220	17	-	(184)	475	271	36	(178)	(90)	514
Honorários advocatícios	353	260	94	-	(74)	633	86	151	(114)	(43)	713
Subtotal	1.390	480	127	-	(430)	1.568	660	221	(331)	(132)	1986
(-) Depósitos judiciais (*)	(646)	-	(41)	-	(203)	(485)	-	(11)	(263)	-	(759)
Total	**744**	**480**	**86**	**-**	**(633)**	**1.083**	**660**	**210**	**(594)**	**(132)**	**1.227**

(*) Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os depósitos judiciais referem-se a processos cíveis, fiscais e trabalhistas.

A apólice de seguro contratada possui vigência para o período de 23 de março de 2017 a 23 de março de 2018.

13. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA - A Fundação optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido, a seguir, o detalhamento dos custos e das despesas por natureza:

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas com:		
Pessoal administrativo e docente (inclui os encargos sociais)	(46.057)	(43.612)
Serviços prestados por terceiros	(4.166)	(3.627)
Manutenção e conservação	(1.617)	(1.636)
Serviços e materiais de informática	(892)	(843)
Utilidades e serviços (água, esgoto, energia elétrica, telefone e correios)	(1.701)	(1.736)
Periódicos e didáticos (assinatura de livros, jornais e mídias eletrônicas)	(78)	(76)
Aluguéis	(1.572)	(1.600)
Brindes	(284)	(359)
Condução, fretes e carretos	(91)	(106)
Conferências e congressos	(153)	(71)
Contribuições a entidades de classe	(269)	(209)
Contribuições e doações	(81)	(110)
Eventos e festividades	(217)	(374)
Cópias, reproduções e gráfica externa	(32)	(80)
Estacionamento	(64)	(64)
Locação de equipamentos de impressão	(392)	(286)
Material de escritório	(254)	(250)
Revistas técnicas	(72)	(139)
Treinamento de pessoal	(169)	(71)
Viagens e estadas	(30)	(8)
Provisão para anuidades de recebimento duvidoso	(1.739)	(2.114)
Outros gastos acadêmicos gerais e administrativos	(255)	(73)
Impostos e taxas	(89)	(86)
Multas	(17)	(1)
Honorários advocatícios, consultoria e auditoria	(1.061)	(1.616)
Segurança e vigilância	(1.119)	(989)
Baixa de bens do ativo imobilizado	(33)	(10)
Serviços Voluntários *	(9)	(9)
Aluguéis recebidos e outros	1.965	1.711
	(60.548)	**(58.444)**
Classificadas como:		
Custos - das atividades de ensino - FECAP	(49.167)	(47.649)
Gerais e administrativas	(12.905)	(12.496)
Outras Receitas líquidas	1.524	1.701
	(60.548)	**(58.444)**

*Prestação de serviços de conselheiros sem remuneração.

14. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas:		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.169	1.653
Outras receitas	126	240
	1.295	1.893
Despesas:		
Encargos sobre parcelamentos de contribuições sociais (nota 9)	(141)	(328)
Despesas bancárias	(264)	(253)
Encargos PDD fies	(253)	(316)
	(658)	**(897)**

15. COMPROMISSOS - A Fundação possui um contrato referente à locação do Campus Pinheiros. O compromisso futuro para pagamento desse espaço a partir de 31 de dezembro de 2017 corresponde a R$ 4.461, sujeitos à atualização pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M. O vencimento do contrato é 31 de dezembro de 2020. As despesas incorridas em 2017 com esse contrato foram de R$ 1.487, (R$ 1.487, em 2016).

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Composição dos instrumentos financeiros

	Valores contábeis 31/12/2017	Valores contábeis 31/12/2016
Ativos (passivos) financeiros:		
Caixa e equivalentes de caixa	1.228	610
Aplicações financeiras	5.426	6.989
Bancos e aplicações financeiras vinculadas	1.487	1.644
Anuidades a receber	7.654	7.067
Fornecedores	(692)	(758)
Parcelamento de contribuições sociais	(549)	(3.370)

A Administração da Fundação é de opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores de custos acrescidos de juros, quando aplicável, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado. **b) Políticas contábeis significativas -** Os detalhes das principais políticas contábeis e métodos adotados, incluindo o critério para reconhecimento e bases de mensuração de apropriação das receitas e despesas para cada uma das classes de ativos e passivos financeiros, além do patrimônio líquido, estão descritas na nota explicativa nº 2. **c) Risco de crédito -** O nível de anuidades a receber da Fundação é monitorado por meio de controles internos e, para aqueles em que não há expectativa de realização, é constituída a provisão para anuidades de recebimento duvidoso, o que limita o risco de contas inadimplentes. A matrícula para o próximo período letivo é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a Fundação. A Fundação mantém conta correntes bancárias e aplicações financeiras em instituições financeiras aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos. **d) Gestão de risco de mercado -** Os resultados das operações da Fundação dependem da sua capacidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro entre as receitas de mensalidades e os custos fixos e variáveis. Para a captação de alunos, a Fundação realiza ações comerciais totalmente embasadas no conceito de marketing de relacionamento, sendo ações de comunicação cujas metas quantitativas ganham sentido apenas quando acompanhadas de atributos qualitativos. As condições adversas do mercado, que podem impactar de forma negativa o resultado das operações da Fundação, estão diretamente relacionadas com a estagnação no número de ingressantes no curso de graduação a cada semestre e na concorrência que cresce anualmente. **e) Derivativos -** Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Fundação não possui operações com instrumentos financeiros derivativos. **f) Gestão do risco de liquidez -** A Fundação gerencia o risco de liquidez mantendo reservas e através de acompanhamento continuo das previsões e do fluxo de caixa real e da combinação dos prazos de vencimento dos ativos e passivos financeiros

17. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - A Fundação não remunera seus administradores e membros do Conselho.

18. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - As demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação em reunião do Conselho de Curadores e autorizadas em 27 de março de 2018.

Edison Simoni da Silva
Superintendente Geral
CPF 257.970.668-23

Taiguara de Freitas Iangrafe
Superintendente Adjunto
CPF 276.518.258-29

Valdir Alexandre de Oliveira
T.C, - CRC-SP 168.615/O-0
CPF 021.604.438-32

* * *

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP, reunidos na sede da FECAP, no dia 13 de março de 2018, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Balanço Patrimonial, totalizando MR$57.631; as Demonstrações do Superávit, no montante de MR$2.214; as Demonstrações do Resultado Abrangente, no montante de MR$2.214; as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, no montante de MR$48.378, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa, com evolução do saldo ao longo do exercício (-0,945MR$); as Demonstrações do Valor Adicionado, totalizando MR$50.506; as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de 2017, e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras de 2017. Baseados nesses exames, bem como na opinião sem ressalva da LCC Auditores Independentes, cujo relatório foi emitido em 23 de fevereiro de 2018, os Conselheiros opinaram favoravelmente a respeito dos supracitados documentos, informando, ainda, que os mesmos se encontram em condições de serem votados e aprovados pelo Conselho de Curadores. Tendo em vista a performance observada no exercício de 2017, os Conselheiros emitiram voto de louvor à atual Administração. Nada mais havendo a tratar, lavraram a presente ata, que lida e aprovada é assinada por todos.

São Paulo, 13 de março de 2018.

Dr. Sergio Prado de Mello **Dr. Wagner Mar** **Dr. Walter Arnaldo Andreoli**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Conselheiros
FECAP – FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da **Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP** ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do superávit, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase -Ação Civil Pública - Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1 tópico (a) em 2012, a Controladoria da FECAP entregou aos Membros da Comissão de Tomada de Contas da Instituição, relatório informando possíveis irregularidades na Administração Superior da Entidade, o qual foi encaminhado ao Conselho Curador da Instituição e ao Dr. Curador de Fundações do Ministério Público do Estado de São Paulo, a partir de então, foi instaurado o Inquérito Civil Público nº 03/2012. O Inquérito Civil foi concluído e encaminhado ao Doutor Juiz de Direito da MM. Vara Cível do Foro Central da Capital, em 29 de agosto de 2014. No exercício de 2017 não houve nenhuma alteração neste processo.

Autuação PMSP - Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.1 tópico (b), nos exercícios de 2015 e 2016, a Fundação foi autuada pela Prefeitura Municipal de São Paulo, com a exigência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), relativos aos exercícios de 2010 e 2011. Apesar da lavratura dos autos, a municipalidade reconheceu, em novembro de 2017, a manutenção dos requisitos para a imunidade, conforme decisão proferida no Processo Administrativo da PMSP nº 2015.0333.6520-9. Os autos de infração lavrados, em 2015 e 2016, encontram-se em fase de extinção.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado - A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Fundação, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a nossa auditoria das demonstrações financeiras da Fundação. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A administração da Fundação é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações financeiras a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidencias de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidencias de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidencia de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das atividades de negócio da Fundação para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Fundação e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2018.

LCC AUDITORES INDEPENDENTES - CRC Nº 2SP029650/O-4
Marcello Lopes dos Santos - Contador - CRC Nº 1SP188429/O-2